



SENADO FEDERAL  
Consultoria Legislativa

Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS)

Data da reunião: 03/08/2016  
Presidente: Senador Edison Lobão

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
1	<p><b>SCD 23/2015</b></p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre a obrigatoriedade de equipar com desfibriladores cardíacos os locais e os veículos que especifica.</p> <p><b>Autoria:</b> Câmara dos Deputados</p> <p><a href="#">[tramitação]</a></p> <p><b>Não Terminativo</b></p>	Senador Ronaldo Caiado	<p>Pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 23, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2003, rejeitando-se seu artigo 2º e renumerando-se, por consequência, os artigos 3º e 4º como artigos 2º e 3º.</p> <p><a href="#">[relatório]</a></p>	<p>O PLS 344/2003, enviado à revisão da Câmara dos Deputados, compõe-se de três artigos. O primeiro torna obrigatória a disponibilidade de desfibriladores cardíacos externos semiautomáticos em: i) espaços públicos que tenham fluxo de mais de duas mil pessoas por dia; ii) eventos com previsão de circulação de mais de duas mil pessoas; iii) veículos de transporte público; e iv) ambulâncias ou viaturas de resgate. O projeto torna obrigatória a presença, nos locais mencionados, de pessoa habilitada para o uso do equipamento e para a realização de manobras de ressuscitação cardíaca.</p> <p>O Substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados altera a redação original para aumentar para quatro mil a quantidade diária mínima de pessoas que torna obrigatória a disponibilidade de desfibrilador cardíaco externo em estabelecimentos e em eventos. Igualmente, confere aos responsáveis pelo evento ou pelo estabelecimento o dever de disponibilizar o desfibrilador cardíaco, além de tornar obrigatória a presença de um desfibrilador cardíaco externo para cada grupo de cem pessoas, nos casos de trens, metrô, aeronaves e embarcações.</p> <p>O relator opina contrariamente ao artigo 2º do Substitutivo, por entender que, ao criar uma obrigatoriedade quanto à disponibilidade de desfibrilador para cada grupo de cem pessoas em trens, metrô, aeronaves e embarcações, o dispositivo acabou por tratar de minúcias técnicas que devem ser abordadas em norma infralegal.</p> <p>- Votação simbólica.</p>

**Consultoria Legislativa do Senado Federal**  
**Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS)**  
**Data da reunião: 03/08/2016**

2

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
2	<b>PLC 121/2015</b> <b>Ementa:</b> Regulamenta a profissão de protesista/ortesta ortopédico. <b>Autoria:</b> Deputado OnyxLorenzoni <a href="#">[tramitação]</a> <b>Não Terminativo</b>	Senador Otto Alencar	Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2015. <a href="#">[relatório]</a>	<p>A proposição define o que se entende por profissionais ortesistas e protesistas: aqueles responsáveis pela tomada de medidas e confecção de órteses e próteses. Para exercer tal profissão, exige formação técnica ou comprovado exercício das atividades correspondentes por mais de cinco anos. O PLS também delimita as atribuições dos ortesistas e protesistas à tomada de medida, à confecção dos mencionados aparelhos, assim como à orientação acerca do seu uso correto. Igualmente, determina que a expressão “protesista/ortesta ortopédico” somente poderá ser utilizada por consultórios que tenham, no seu quadro de pessoal, profissionais titulares da formação técnica de que tratam os arts. 1º a 3º da proposição.</p> <p>- Votação simbólica.</p>
3	<b>PLC 5/2016</b> <b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999, que dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer. <b>Autoria:</b> Deputado Carlos Bezerra <a href="#">[tramitação]</a> <b>Não Terminativo</b>	Senadora Marta Suplicy	Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2016, na forma do Substitutivo que apresenta. <a href="#">[relatório]</a>	<p>O PLC altera a Lei nº 9.797, de 1999, para estabelecer que a cirurgia plástica reparadora da mama, em caso de mutilação decorrente de tratamento de câncer, seja feita pelo SUS nas duas mamas, no mesmo tempo cirúrgico que a mastectomia.</p> <p>O Substitutivo apresentado pela relatora altera a ementa, a fim de melhor expor o objeto da proposição; acrescenta dispositivo que altera também a Lei nº 9.656, de 1998, a qual dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde; e modifica a redação original do dispositivo acrescentado pelo PLC para, corrigindo imprecisão na terminologia utilizada, substituir o termo “reconstrução” por “simetrização” e determinar que os procedimentos na mama contralateral e as reconstruções do complexo areolomamilar constituem parte do tratamento. O relator pretende, assim, eliminar qualquer discussão sobre o direito das pacientes à realização de cirurgia plástica na mama não acometida por câncer, em caso de necessidade, para obtenção de simetria entre as mamas.</p> <p>- Votação simbólica.</p>
4	<b>PLS 127/2012</b> <b>Ementa:</b> Modifica o inciso XI do art. 10 da Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989, para incluir todas as atividades bancárias no rol de serviços ou atividades essenciais. <b>Autoria:</b> Senador Ciro Nogueira <a href="#">[tramitação]</a> <b>Terminativo</b>	Senador Elmano Férrer	Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2012. <a href="#">[relatório]</a>	<p>Altera a Lei nº 7.783, de 1989, que dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências, para estabelecer que os serviços bancários de qualquer natureza, bem como os inerentes à sua finalidade, especialmente o atendimento ao público, serão considerados essenciais.</p> <p>- Em 10.07.2012, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou Parecer favorável ao Projeto.  - Em 13.05.2015, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou Parecer contrário ao Projeto.  - Votação nominal.</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
5	<p><b>PLS 130/2012</b></p> <p><b>Ementa:</b> Altera o art. 5º da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para limitar a jornada de trabalho dos empregados rurais, a quarenta horas semanais, e dá outras providências.</p> <p><b>Autoria:</b> Senador Antonio Carlos Valadares</p> <p><a href="#">[tramitação]</a></p> <p><b>Terminativo</b></p>	Senador José Pimentel	<p>Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2012.</p> <p><a href="#">[relatório]</a></p>	<p>O projeto dispõe sobre a limitação da jornada de trabalho dos empregados rurais para 40 horas semanais. Além disso, prevê a concessão de intervalo para repouso e alimentação de no mínimo 1 hora, na hipótese de trabalho contínuo que ultrapasse 6 horas, e intervalo interjornadas de no mínimo 12 horas consecutivas, bem como estabelece que, nas atividades rurais extenuantes e desgastantes, o horário de trabalho observará os limites entre 30 e 35 horas semanais, na forma da regulamentação do Ministério do Trabalho e Emprego.</p> <p>O relator na CAS votou pela rejeição do projeto, por considerar que existem diversos trabalhadores rurais que não desempenham sua função profissional em ambiente externo. Além disso, pondera que o desempenho de função profissional a céu aberto não induz, necessariamente, à ilação de que a jornada de trabalho se apresenta excessiva ou mesmo desgastante, a ponto de ser necessária a alteração legislativa proposta. Por fim, considera que o projeto despreza a realidade do labor campesino e acarreta a redução da produção na zona rural, causando danos incalculáveis à economia nacional.</p> <p>- Em 06.02.2014, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprovou Parecer contrário ao Projeto.</p> <p>- Votação nominal.</p>
6	<p><b>PLS 322/2015</b></p> <p><b>Ementa:</b> Institui a Política Nacional de Conscientização e Orientação sobre o Lúpus Eritematoso Sistêmico; altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir o saque dos valores depositados na conta vinculada do trabalhador com a doença no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender aos portadores da doença a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de veículos automotores; e altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, para incluir os pacientes no Programa Universidade para Todos (PROUNI).</p> <p><b>Autoria:</b> Senador Romário</p> <p><a href="#">[tramitação]</a></p> <p><b>Terminativo</b></p>	Senadora Angela Portela	<p>Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2015.</p> <p><a href="#">[relatório]</a></p>	<p>A proposição visa a instituir a “Política Nacional de Conscientização e Orientação sobre o Lúpus Eritematoso Sistêmico”, além de conceder diversos benefícios aos portadores de lúpus eritematoso sistêmico (LES), mediante a alteração das leis que os regem.</p> <p>O relator votou pela rejeição do projeto por considerá-lo violador dos princípios da gratuidade, da integralidade da assistência, da universalidade, da isonomia e da igualdade, que são pilares constitutivos do SUS.</p> <p>- Votação nominal.</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
7	<p><b>PLS 583/2015</b></p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, para garantir a realização de ultrassonografia mamária.</p> <p><b>Autoria:</b> Senadora Lúcia Vânia</p> <p><a href="#">[tramitação]</a></p> <p><b>Terminativo</b></p>	Senadora Angela Portela	Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 583, de 2015. <a href="#">[relatório]</a>	<p>O projeto busca assegurar a realização de ultrassonografia mamária, no âmbito do SUS, mediante avaliação do médico assistente, nas seguintes hipóteses: (i) para mulheres jovens com elevado risco de câncer de mama ou que não possam ser expostas à radiação; e (ii) como complementação ao exame mamográfico, para mulheres na faixa etária de 40 a 49 anos de idade ou com alta densidade mamária.</p> <p>- Votação nominal.</p>

Resumos elaborados pelo Núcleo de Acompanhamento Legislativo da Consultoria Legislativa do Senado Federal.  
Para acesso ao texto integral dos pareceres, consultar a Pauta Cheia.